



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo temático - Fundamentos do Serviço Social – Ênfase: Formação Profissional

**Os desafios da formação profissional em Serviço Social frente
à consolidação da mercantilização do ensino superior no
Brasil**

Geis de Oliveira Benevides¹
Luany da Silva Ramos²
Maria José de Oliveira Lima³

Resumo: O presente artigo buscou refletir a formação profissional em Serviço Social no Brasil frente ao processo de consolidação da mercantilização do ensino superior no país. Nesta direção, analisou a transformação da Educação enquanto direito constitucionalmente garantido a mera mercadoria a partir da contrarreforma do Estado atendendo à lógica e interesses do capital. Em seguida, problematizou como as novas configurações e modalidades de ensino podem afetar o perfil profissional definido pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Deste modo, buscou-se apontar os desafios e possibilidades para a formação profissional em Serviço Social na atualidade.

Palavras-chave: Serviço Social; formação profissional; mercantilização; ensino superior.

Abstract: The present article sought to reflect the professional formation in Social Service in Brazil in front of the process of consolidation of the commercialization of higher education in

¹ Assistente social estatutária na Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP, coordenadora do CRAS Centro. Docente do curso de Serviço Social da União da Faculdade dos Grandes Lagos/UNILAGO – São José do Rio Preto/SP. Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Especialista em Gestão Social Sustentável pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – UNIFEB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social (GESTA) – UNESP/Franca. E-mail: geisb.oliveira@gmail.com.

² Assistente social estatutária na Prefeitura de São José do Rio Preto/SP. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Franca/SP. Especialista em Políticas Públicas e Direitos Sociais pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – UNIFEB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social (GESTA). UNESP/Franca. E-mail: luanyramos@yahoo.com.br.

³ Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Campus de Franca. Doutora em Serviço Social. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social (GESTA). – UNESP/Franca. E-mail: mj.oliveiralima@yahoo.com.br



the country. In this direction, he analyzed the transformation of Education as a constitutionally guaranteed right to a mere commodity from the counterreform of the State, attending to the logic and interests of capital. He then discussed how the new settings and teaching modalities can affect the professional profile defined by the Curriculum Guidelines of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS). In this way, we sought to point out the challenges and possibilities for professional training in Social Work today.

Keywords: Social Work; professional education; merchanzation; higher education.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a formação profissional em Serviço Social implica em uma apreensão sobre os elementos constitutivos do processo de graduação, bem como sobre as condições objetivas e subjetivas que envolvem a formação e o exercício profissional na contemporaneidade.

É uma tarefa desafiadora, mas necessária, pois exige a compreensão da dinâmica contraditória que circunscreve o Serviço Social, isto é, exige a apreensão do movimento de produção e reprodução do capital e seus rebatimentos nas UFAS - Unidades de Formação Acadêmica e no trabalho dos profissionais nas diferentes áreas de atuação.

E, ainda, como essas questões decorrentes do sistema de regulação social vigente confrontam-se diretamente com o projeto de formação profissional, no qual se fundam os princípios básicos da formação profissional em Serviço Social. Princípios esses que, alicerçados nos referenciais teórico-metodológicos fundados na teoria social crítica, no Projeto Ético-Político Profissional, no Código de Ética do Assistente Social de 1993, na lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa) (1996), objetivam orientar e imprimir no processo de formação profissional princípios e diretrizes que assegure a construção da identidade profissional do assistente social sobre a perspectiva crítica e propositiva. Princípios e diretrizes que, também, visam compor a luta pela qualidade, rigorosidade, publicidade e gratuidade na graduação e pós-graduação em Serviço Social.

Todavia é preciso manter no horizonte crítico do Serviço Social a compreensão sobre o contexto social, político e econômico forjado pelo atual estágio do capitalismo, que comanda uma ofensiva estratégica sobre o sistema público educacional brasileiro, transformando a educação em uma mercadoria de alto valor de compra e venda nos nichos constituídos pelos mercados educacionais privados. E, também, como a Reforma do Estado



brasileiro tem intensificado o processo de precarização e sucateamento das universidades públicas, ratificando o processo de responsabilização do Estado na garantia da educação superior pública.

Pois, entende-se que essas questões conjunturais interferem diretamente no processo de formação profissional dos assistentes sociais tanto no âmbito público como no privado, de forma a influenciarem na definição do perfil e na construção da identidade profissional. O que, por sua vez, não deixa de atender às necessidades do capital, visto que uma formação profissional fragilizada coloca no mercado de trabalho um profissional acrítico, com postura técnico-operacional, qualificado como mero executor de tarefas pré-estabelecidas e burocratizadas. Profissionais, alheios aos princípios e valores fixados no Projeto Ético-Político Profissional e apáticos à capacidade crítico-propositiva e conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Profissionais que apresentam fragilidades decorrentes do processo de ensino e aprendizagem tendem a aceitar e naturalizar, sem maiores questionamentos, portanto, apresentaram dificuldades em construir planos de intervenções e estratégias de enfrentamento propositivas e necessárias nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social.

Dessa forma, desenvolverão ações que tendem para a reprodução e a manutenção da lógica desigual que estrutura e fundamenta a sociabilidade capitalista. O que no atual contexto de Brasil torna-se uma ameaça ao avanço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo acumulado ao longo dos 80 anos de trajetória do Serviço Social no Brasil.

2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Refletir sobre o projeto de formação profissional em Serviço Social, primeiramente, implica em apreender e contextualizar a universidade brasileira no cenário contemporâneo e quais são as implicações do processo de reordenamento do Estado e do ensino superior que recaem diretamente na formação profissional. Tal reflexão torna-se imprescindível, pois as redefinições das ações do Estado brasileiro sob a orientação das políticas de ajuste neoliberal provocaram a reorganização do ensino superior no Brasil, com vistas a atender os interesses dos grandes oligopólios financeiros que investem na educação superior privada.

Nessa perspectiva, conforme expressa Koike (2009, p.3) o:



enquadramento que no Brasil ocorre na década de 1990, mediado pela supressão de direitos sociais historicamente consolidados; abertura dos mercados nacionais ao capital especulativo; geração de superávit primário para garantia de pagamento dos juros da dívida; privatização do patrimônio público e de atividades de reconhecida atribuição do Estado, como as políticas sociais públicas. Medidas que deterioraram esses países, sobretudo as condições de vida das classes subalternizadas.

Tais configurações desenharam-se a partir dos anos 1990, quando o Brasil ingressou no processo de reordenamento do capital. Processo esse, desencadeado pela eclosão da crise estrutural do capitalismo contemporâneo, iniciada na segunda metade da década de 1970, quando o padrão de acumulação e a economia mundial apresentam sinais claros de estagnação.

A busca pela recuperação do ciclo produtivo culminou em profundas transformações no processo de produção que, conseqüentemente, dada a organicidade do capitalismo, também operaram mudanças significativas no chamado “mundo do trabalho”, uma vez que, o leque de transformações proveniente da reestruturação produtiva alterou a relação entre capital e trabalho.

Segundo Freire (2003, p. 34), a reestruturação produtiva se consolidou como movimento de reordenamento do capital, pois se:

insere no eixo da reestruturação política, social e econômica do novo estágio de acumulação. Ela constitui o novo modelo de racionalização das empresas, determinando modificações na sua estrutura, nas políticas econômicas de expansão, nos processos de produção, organização e gestão da força de trabalho, com ênfase no controle do processo de trabalho e na criação de uma nova cultura pautada competitividade do mercado globalizado.

Redefine-se socialmente o processo de produção de mercadorias, o novo processo produtivo, passa ser orientado pelo toyotismo que, estrutura-se em um padrão de produção e relações flexíveis. Nessa perspectiva, o toyotismo se consolida como mecanismo mediador de processos ideopolíticos destinados a incutir na sociedade, especialmente na classe trabalhadora, as novas formas de gestão e controle do trabalho. Assim, a flexibilização, precarização e terceirização ratificam-se como processos mediadores de exclusão de parcelas significativas de trabalhadores do mercado trabalho.

Verifica-se que, atualmente a população dependente do trabalho cresce mais que a necessidade destes ao capitalismo, ou seja, nos parâmetros atuais o capital em expansão não necessita mais da mão-de-obra para sua expansão. Nesse sentido, as novas tendências de acumulação capitalista não necessitam, objetivamente, da realização do trabalho na esfera produtiva para se reproduzir. O novo processo de acumulação do capital vem extinguindo as formas existentes de trabalho que atenda as classes subalternas, gerando assim cada vez mais pobreza e miserabilidade social.



Em sua nova fase de ascendência, o capitalismo associado às políticas neoliberais, vem se fortalecendo através da globalização econômica e financeira. Segundo Iamamoto (2000, p. 45) a “globalização é orquestrada não mais pelo capital industrial, mas pela financeirização da economia em um novo estágio de acumulação capitalista”. Com força política e econômica a financeirização se consolida como novo padrão de acumulação capitalista, influenciando fortemente as relações sociais entre Estados nacionais e sociedade civil.

Ainda, para Iamamoto (2011, p. 124-125), nas bases de produção das desigualdades sociais contemporânea:

[...] encontra-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo, das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais. [...] Afirma-se existir uma estreita dependência entre a responsabilidade dos governos no campo monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos de capital concentrado para atuar no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para valorizar-se a esfera financeira e especulativa, que (re)configuram a questão social na cena contemporânea.

O empobrecimento da classe trabalhadora é ainda agravado pela reforma do Estado, orquestrada pelas ideias neoliberais. Isto porque, as políticas de ajuste neoliberal, determinadas por organismos financeiros multilaterais, como Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização Mundial do Comércio (OMC) que, em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), promoveram uma onda de reajuste econômico nos Estados nacionais de economias periféricas, com vistas a atender os interesses do capital financeiro.

Segundo Mota e Amaral (2006, p.30), “o neoliberalismo traz como ideário econômico e político, os princípios da economia de mercado, da regulação mínima e formação de uma cultura que deriva liberdade política e liberdade econômica”. Contudo, a liberdade econômica condiciona à subordinação do Estado a ótica do livre mercado, isto é, do mercado regulador das relações sociais.

Sob essa tendência, as políticas neoliberais passam a nortear as ações do Estado brasileiro, resultando na redução significativa dos gastos públicos, principalmente no tocante ao financiamento de serviços e programas sociais. Pois, no discurso neoliberal, a ineficiência do Estado frente aos processos econômicos decorre dos gastos excessivos com as demandas sociais. Dessa forma a tendência geral tem sido a de:

[...] restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais [...] ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a



privatização, a focalização e a descentralização (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 156).

Sob a égide neoliberal, o Estado direciona suas ações para os marginalizados, excluídos da cidadania sem poder de compra, e o mercado se apropria do produtivo e rentável. Assim, prevalece tendência privatizante dos serviços que compõem a seguridade social brasileira, na qual parcela significativa dos serviços públicos é transferido para regulação do mercado.

E, é nessa parcela de serviços públicos transferidos ao mercado que se encontra a Educação, uma política pública resguardada constitucionalmente como direito, entretanto a partir da Reforma do Estado torna-se uma mercadoria, regulada sob os preceitos do mercado neoliberal, constituindo-se como um campo atrativo para o investimento do capital financeiro.

No artigo intitulado “Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais”, Koike (2009, p.5), aponta que a educação cooptada pelo mercado desencadeia um:

[...] processo de adequação do sistema educacional às necessidades de resposta do capital à sua crise contemporânea, se desenrola por dentro da contrarreforma do Estado, no contexto do ajuste neoliberal iniciado na América Latina nos anos de 1970 e no Brasil, na década de 1990.

A mercantilização da Educação e, aqui ressaltamos a educação superior devido ao recorte desta reflexão, é privatizada tendenciosamente para atender as necessidades de produção e reprodução do capital. Nesse sentido Guerra (2010, p. 724) aponta que:

O novo padrão de produção, resultante do enfrentamento do capitalismo à sua crise mais profunda, impõe novas configurações na relação público/privado, de modo que o formato da educação superior no Brasil prescinde da análise dessa relação. Os novos traços que marcam a educação são expressão do movimento do capital rumo à recuperação de sua taxa de lucro (GUERRA, 2010, p.724).

A subordinação da educação ao processo de acumulação do capital compromete a qualidade do ensino superior, deteriorando assim, sua função pública e provocando o desfinanciamento do ensino superior público no Brasil. Sob esse contexto, a formação universitária/profissional tende a ser reduzida ao treinamento, à transmissão acrítica de conhecimentos e ao adestramento moldado a lógica do capital. Estruturando assim, uma rede privada de educação superior que disponibiliza no mercado educacional um ensino pasteurizado, fragmentado e parcializado.

A reforma desencadeada pelo processo de mercantilização da educação superior vem provocando a deterioração das universidades públicas e o crescimento acelerado do ensino superior privado. A conjuntura atual do ensino superior público é abatida pela



escassez de recursos financeiros e humanos. E, com vistas a atender as determinações do mercado, atualmente, vem predominando no âmbito da universidade pública o gerenciamento do ensino e exigência de produtividade dos docentes. Para tanto, a universidade pública assume também a responsabilidade de buscar financiamento no mercado para garantir o andamento de pesquisas de interesse do capital.

Atenta a essa questão, Iamamoto (2011, p. 436-437), pontua que, o desfinanciamento do ensino público compromete a qualidade do ensino ao mesmo tempo em que “desqualifica a docência universitária ante as cumulativas perdas salariais e elimina a pesquisa e extensão das funções precípua da universidade” pública.

Agrega-se a esse cenário ainda, o crescimento exponencial do ensino superior privado no país, que na modalidade EaD (Ensino a Distância), vem comprometendo visceralmente a qualidade da formação profissional. Que por meio da flexibilização dos currículos plenos vem produzindo um tipo de ramificação de formação profissional aligeirada e minimalista, voltada para atender as exigências do mercado de trabalho.

Nessa direção Koike (2009, p.10) indica que:

ao transformar a educação em objeto mercantil, o aluno em cliente consumidor e a universidade em emitente de diplomas banais, essa reforma esvazia a dimensão emancipadora da educação e subtrai o caráter universalista da instituição universitária. Ambiente institucional danificado, de *ethos* acadêmico degradado, ao se constituir lugar da formação acadêmico-profissional das novas gerações torna-se, também, solo de disputa e resistência aos processos de socialização do atual padrão societário.

O ensino presencial e a distância, oferecido pelas universidades privadas constituíram-se como novos nichos de mercado e campo de investimento de empresários de vários setores nacionais e internacionais, tornando-se no Brasil um mercado promissor, com garantia de rentabilidade para o capital investido.

Sob essa conjuntura Guerra (2010, p.728), demonstra que:

que as universidades têm se tornado “fábricas de diplomas”, e se há fábricas de diplomas é porque existem compradores. Como dito, é necessário forjar um perfil de estudante adequado a essa lógica de banalização, aligeiramento e precarização do ensino e da educação superior.

Mas além de forjar um perfil adequado de estudante, objetiva-se também, produzir um perfil de profissional moldado aos interesses do mercado de trabalho.

De acordo com Koike (2009, p.4);

É necessário conformar perfis socioprofissionais que imprimam novos atributos, ideias e valores à força de trabalho. Prevaecem atributos comportamentais que se



exprimem na conduta individual, com ênfase na criatividade, no empreendedorismo, adaptabilidade e capacidade de trabalhar sob tensão ou crise.

A autora ainda ressalta que, atendendo as exigências do padrão de produção vigente:

O mercado passa a requerer um trabalhador polivalente, com novas características técnicas e sociointelectivas, capaz de atuar em diferentes funções ou postos de trabalho. Os conceitos de profissão e formação específica, especializada, tendem a perder funcionalidade e desaparecer (KOIKE, 2009, p. 4).

A precarização do ensino superior no Brasil vem comprometendo a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, à medida que a mercantilização da formação universitária vem institucionalizando a flexibilização dos currículos plenos, propondo uma formação aligeirada, esvaziada e despolitizada, isenta de compromisso com a formação profissional emancipadora. A ótica mercadológica vem instituindo modalidades de ensino que privilegiam a construção de estratégias e técnicas de formação centrada no 'como fazer' e direcionadas à submissão dos profissionais às exigências do mercado.

E, é sobre essa conjuntura que se encontra os desafios da formação profissional em Serviço Social. Pois, tal contexto, tendenciosamente, direciona a formação profissional ao tecnicismo-tarefairo, vinculando o exercício profissional a uma prática esvaziada, alienada e alienante pautada em uma perspectiva acrítica e a-histórica da realidade social.

Para Iamamoto (2011, p. 441) a:

pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às "demandas flexíveis do mercado" estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às "normas do mercado", parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na questão social. Os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda, isolamento do processo de ensino envolvido no EaD e falta de experiências estudantis coletivas da vida universitária (IAMAMOTO, 2011, p. 441, grifos da autora)

Uma formação fragilizada, conseqüentemente, forma profissionais fragilizados, na medida em que o profissional é graduado em uma frágil perspectiva teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, não apresenta fundamentação teórico-prática para se posicionar contra a ótica ofensiva do capital. Isto porque, o profissional com muitas fragilidades formativas tende a aceitar e naturalizar, sem maiores questionamentos, ações que tendem para a manutenção da lógica desigual que permeia as relações estabelecidas na sociedade capitalista.

Contudo, essas estratégias se confrontam diretamente com os princípios básicos da formação profissional em Serviço Social. Princípios estes que, alicerçados nos referenciais teórico-metodológico, no Projeto Ético-Político da profissão, no Código de Ética do Assistente Social (1993), na lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93) e nas



Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), objetivam a qualidade, rigorosidade, publicidade e gratuidade da formação profissional.

Nessa direção Iamamoto (2014, p. 625), afirma que:

A construção coletiva de proposta de formação acadêmica no Serviço Social norteia-se pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional; a universidade que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições (IAMAMOTO, 2014, p. 625).

A formação profissional deve objetivar um processo de ensino e aprendizagem voltado para uma inserção crítica no mercado de trabalho, superando o mero ensino profissionalizante e tecnicista, que apenas produz e repõe força de trabalho para o mercado capitalista.

Assim, na atual conjuntura Guerra (2013, p.249), problematiza que:

[...] um dos maiores desafios da formação profissional na atualidade é o de manter o perfil do profissional “dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho e comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social” (GUERRA, 2013, p. 249).

Entretanto, a autora salienta que esta dificuldade não implica em impossibilidade de efetivação do projeto de formação profissional, pois não se trata de compreender este projeto de formação como inviável. “Entendemos que ele está na contramão da direção da reforma regressiva da reforma da educação no Brasil, e é exatamente aí que se encontra seu potencial” (GUERRA, 2013, p. 249). Isto porque, o projeto de formação profissional exige uma apreensão crítica sobre a universidade, os desdobramentos da reforma do ensino superior, as mudanças societárias em cursos na sociedade capitalista e das demandas (im)postas ao profissional no cotidiano de trabalho.

O projeto de formação profissional foi construído coletivamente pela categoria, ao longo dos anos 1980 e 1990. A revisão curricular fundou-se numa profunda avaliação do processo de formação profissional frente às exigências postas ao Serviço Social na contemporaneidade. Esse período foi marcado pela reflexão e reelaboração do processo de formação profissional, objetivando assim, buscar novos significados e novos caminhos.



A direção social é outra questão que tem provocado um intenso debate e embate no meio acadêmico profissional, em especial no processo de revisão e implementação das novas diretrizes. Evidencia-se diversas posições que se traduziram, inicialmente, na explicitação ou não do vínculo do projeto profissional com o projeto societário das classes subalternas, sendo reafirmada a perspectiva consolidada nos anos 90 e 80, cuja direção defendida vincula-se aos interesses da classe trabalhadora. Reafirmando-se, ainda, no debate ao longo do processo de revisão curricular, a legitimidade alcançada por essa direção e aponta-se como indispensável que seja explicitada (CARDOSO, 2000, p. 13).

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social da ABEPSS aprovadas em 1996 são fruto de ação coletiva, organizada, persistente e comprometida com uma nova direção social, uma nova lógica curricular que supere a fragmentação do processo de formação profissional e possibilite a construção de um perfil profissional crítico, comprometido com o Projeto Ético-Político da profissão e atento às mudanças macroscópicas que determinam os padrões de produção e reprodução do capital.

A nova lógica curricular expressa uma nova concepção do processo de ensino e aprendizagem fundamentado na dinâmica da vida social, lógica essa, que estabelece parâmetros para a inserção do assistente social na realidade sócio-institucional. Conforme a ABESS/CEDEPSS, a concepção curricular que fundamentou a construção e organização das Diretrizes Curriculares de 1996:

parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação da vida social exigem redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades, e das respostas dadas. Esta concepção implica que o processo de trabalho do Assistente Social deve ser apreendido a partir de um debate teórico metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 62-63).

Para organizar a nova lógica curricular, as diretrizes apresentaram uma estrutura inovadora que busca apreender um conjunto de conhecimentos indissociáveis à qualificação profissional e organicamente vinculado a três núcleos de fundamentação. Os núcleos temáticos são:

O núcleo de fundamentos da teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórico da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional (grifos do autor). Cada um desses núcleos agrega um conjunto de fundamentos que se desdobram em *matérias* e estas, por sua vez, em *disciplinas* nos currículos plenos dos cursos de Serviço Social nas unidades de ensino (IAMAMOTO, 2015, p. 71-72, grifos da autora).

Essa compreensão sobre os alicerces do trabalho do assistente social fundamenta-se em uma concepção histórica e se encontra aberta a um contínuo acompanhamento crítico do universo cultural e político contemporâneo que circunscreve e determina o



trabalho profissional. Ela visa uma formação profissional culta e universalista, capaz de propiciar uma apreensão do exercício profissional que incorpore suas características nas múltiplas determinações e relações em que se compõe.

Segundo Iamamoto (2014, p. 623), essa concepção materializada nas Diretrizes Curriculares “está voltada para sedimentar uma teleologia historicamente fundada em valores e princípios éticos que norteiam a formação de competências e habilidades necessárias à sua operacionalização”.

Contudo, o processo de implantação das Diretrizes Curriculares, bem como do projeto de sociedade expresso nela se contrapõem a lógica da sociabilidade do sistema capitalista de produção. Fato esse, que se evidenciou quando a proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, determinado pelos organismos multilaterais. Seguindo a ótica da contrarreforma do ensino superior, os currículos mínimos foram substituídos por diretrizes curriculares, estas são mais flexíveis, pois, exige a definição do perfil do bacharel a ser graduado em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências técnicas e habilidades técnico-operativas.

Iamamoto (2010, p. 626), ressalta que além da substituição do currículo mínimo o projeto de formação profissional sofreu outra ofensiva, uma vez que:

O texto legal das diretrizes curriculares, homologadas em 4/7/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC-Sesu, 1999), sofre forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social.

A autora ainda pontua que este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no Brasil. Pois, o conteúdo necessário ao processo de formação profissional fica submetido à livre-iniciativa das Unidades de Ensino condizentes com os ditames do mercado, desde que preservados os referidos núcleos.

A flexibilização dos currículos plenos e a expansão da educação superior na modalidade de Ensino a Distância e presencial privada, como estratégia para a ampliação do ingresso de camadas da população a este nível de ensino, vem provocando impactos significativos na formação profissional em Serviço Social, impactos esses que, conseqüentemente, se estendem tanto ao ambiente acadêmico como para os campos de estágios na atualidade.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a formação profissional Serviço Social implica em uma apreensão dos elementos constitutivos do processo de graduação, bem como sobre as condições objetivas e subjetivas que envolvem a formação e o exercício profissional na contemporaneidade. É uma tarefa desafiadora e necessária, pois exige compreensão da dinâmica contraditória que circunscreve o Serviço Social, isto é, exige apreensão do movimento de produção e reprodução do capital que, interfere diretamente nas relações e condições de trabalho dos profissionais nas diferentes áreas de atuação.

Os reflexos da ofensiva neoliberal no âmbito educacional rebatem de forma contundente no processo de formação do/a assistente social, fragilizando a formação profissional, que por sua vez se estenderá para exercício profissional, comprometendo assim, a formação da identidade profissional.

Cientes do atual e ofensivo contexto é preciso que a categoria se posicione e organize de forma articulada e lute pela efetivação do projeto de formação profissional, pois implícito nele está o projeto ético-político a profissão que tem como direção social a construção de uma sociedade justa e igualitária, pautada na liberdade e na cidadania plena.

Pois, é na dinâmica das relações entre as classes sociais e destas com o Estado e a sociedade civil que se encontra a fonte das problemáticas a serem enfrentadas, bem como é nesse espaço cria-se possibilidades e soluções. Assim sendo, é preciso lançar o olhar para um horizonte mais amplo, que apreenda o movimento da sociedade e as necessidades sociais aí produzidas, alvos potenciais da atuação do assistente social, que se torna possível iluminar as particularidades dessa especialização do trabalho inscrita no emaranhado das relações de classe. Significa desvendar os processos sociais e apreender os desafios e possibilidades que possam impulsionar a consolidação do projeto profissional do Serviço Social brasileiro (IAMAMOTO, 2011, p. 219).

Por tanto, é preciso apreensão dos processos macrosociais que circunscrevem e constitui-se como processo determinante na formação e trabalho profissional do assistente social. Pois, ao mesmo tempo em que se apresenta como possibilidade propositiva frente à precarização e fragilização da formação acadêmica no Brasil, o projeto de formação profissional se esbarra na retomada do conservadorismo no Serviço Social, tanto no âmbito do exercício profissional como no campo da formação universitária. E posicionar-se contra o avanço do pensamento conservador no Serviço Social implica em apreensão dos traços conservadores acarretados pela formação aligeirada, acrítica e tecnicista e em defender um processo de formação profissional pautado na perspectiva de totalidade, assegurando que



não haja nenhuma concessão ao possibilíssimo e ao reformismo (BOSCHETTI, 2015, p. 650).

Portanto, exige a recusa dos modismos tecnicistas e pragmáticos na formação e no trabalho profissional que vêm ameaçando a formação de assistentes sociais críticos-propositivos, com vistas a defender firmemente o trabalho e os espaços sócio-ocupacionais como campo de fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, direitos estes fundamentais para construção da cidadania plena e que nos alçe para uma sociedade socialmente democrática, fortalecendo assim as lutas universais pela libertação das relações mercantis.

Conforme pontua Boschetti (2015, p. 650):

no âmbito especificamente do Serviço Social, o desafio de reafirmar nosso Projeto Ético-Político é mais necessário do que nunca, pois não podemos recuar diante da ofensiva conservadora e retroceder nas conquistas alcançadas por tantas gerações.

O contexto social, político e econômico brasileiro demandam profissionais comprometidos com o Projeto Ético- Político Profissional, uma vez que políticas reacionárias propagadas pela intolerância deliberadas pela extrema-direita vem provocando processos contínuos de exclusão e marginalização das minorias sociais. Portanto, nunca foi tão necessário defender e ratificar no processo de formação profissional o compromisso firmado no Projeto Ético-Político.

Por isso, a formação e o trabalho profissional devem ser oxigenados permanentemente pela indignação sobre a crescente barbárie, pela recusa ao naturalismo das coisas postas e impostas e fortalecer o otimismo e convicção de que a história é construída por sujeitos, homens e mulheres, alimentados pelo conhecimento teórico da realidade. (BOSCHETTI, 2015, p. 637-651).

4 REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In:

Cadernos ABESS: Brasília, 1996, n. 7, p. 58-76.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo. n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes Curriculares para a Formação Profissional do Assistente Social. In. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS. V.1. n. 2, p. 7-17, jul/dez. 2000.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. **O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 104, p. 715-736, out. dez. 2010.

GUERRA, Yolanda. Formação Profissional em Serviço Social: Polemicas e Desafios. In. SILVA, J. F. S; SANT`ANA, R. S; LOURENÇO, A. S (Org). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: Direitos Sociais e competências profissionais. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 15-50, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Transformações societárias, alterações no “mundo do trabalho” e Serviço Social. In. **Revista Ser Social**. Brasília: UNB, nº6, p. 45-78, 2000, ISSN 1415-6946.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmica-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: MOTA, A. E. (Org.). A Nova Fábrica de Consensos. São Paulo, Cortez, 1998.